

**AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.441.548 - SP
(2019/0026286-9)**

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : ROLAMENTOS JBS COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - ME
AGRAVANTE : ANASSIBIO PALMA
ADVOGADO : ANTÔNIO GERALDO CONTE E OUTRO(S) - SP082695
AGRAVADO : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS
NAO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA
ADVOGADO : MÁRCIO JOSÉ APARÍCIO - SP289012
INTERES. : BANCO ABN AMRO REAL S.A
ADVOGADO : DARCI JOSÉ HECKLER - SP103913

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. *QUANTUM*. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Segundo a jurisprudência sedimentada do STJ, "o *quantum* dos honorários advocatícios, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração previstos na lei processual, e sua fixação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, às quais competem a cognição e a consideração das situações de natureza fática" (REsp 1.671.566/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

2. Da leitura do aresto impugnado, nota-se que não há elementos suficientes para que esta Corte verifique o alegado desacerto perpetrado pela instância *a quo* em relação ao arbitramento dos honorários, uma vez que o Tribunal local estabeleceu o valor de R\$ 1.500,00 a título de verba honorária, sem, contudo, expor quaisquer percentuais, em relação ao valor da condenação, do proveito econômico ou do valor atualizado da causa.

3. A modificação do valor dos honorários advocatícios fixados na origem excederia as razões colacionadas no acórdão recorrido, demandando o exame do acervo fático-probatório, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, somente sendo possível essa análise em caso de verba manifestamente irrisória ou excessiva, o que não se vislumbra no presente caso.

4. Agravo Interno não provido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator